



MUNICIPIO DO ENTRONCAMENTO

DERRAMA

Incentivos pela criação líquida de postos de trabalho

O município do Entroncamento tem em vigor um sistema de incentivos à criação líquida de postos de trabalho, consubstanciado na redução do valor da derrama apurada pelo sujeito passivo, nos termos seguintes:

1. Valor da redução

- Redução de 1/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho até 35% (inclusive) sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior.
- Redução de 2/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho entre 36% e 75% (inclusive) sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior.
- Redução de 3/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho superior a 75 % sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior.

2. Validade

- 2.1. Este incentivo tem a duração de 3 anos a contar do último dia do ano em que se considera realizada a criação líquida dos postos de trabalho.
- 2.2. Se em qualquer dos anos deste período de 3 anos existir decréscimo do número de postos de trabalho, o incentivo cessa.



MUNICIPIO DO ENTRONCAMENTO

DERRAMA

Incentivos pela criação líquida de postos de trabalho

3. Procedimento

- 3.1. Para terem direito aos incentivos, os sujeitos passivos de IRC e consequentemente de derrama, devem proceder à respetiva liquidação e pagamento aquando da entrega da declaração modelo 22 do IRC;
- 3.2. O município reembolsará os referidos sujeitos passivos que se enquadrem numa das três situações previstas no ponto 1, o que será feito mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, observando o seguinte:
 - 3.2.1. A prova da criação líquida de postos de trabalho será feita mediante apresentação das folhas de remunerações enviadas à Segurança Social, respeitantes ao último mês do ano, com permissão de cópia para o município;
 - 3.2.2. A empresa deverá fazer prova do pagamento do IRC e da derrama juntando o respetivo comprovativo – recibo autenticado pelo Serviço de Finanças ou comprovativo do pagamento via sistema bancário. Os serviços do município conservarão a cópia destes documentos como forma de fundamentar o processo.
 - 3.2.3. Na posse desta documentação, o município procederá ao cálculo da importância a devolver ao beneficiário do incentivo, efetuando o pagamento após cumprimento dos normativos legais aplicáveis.

Entroncamento, 2 de janeiro de 2016

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria